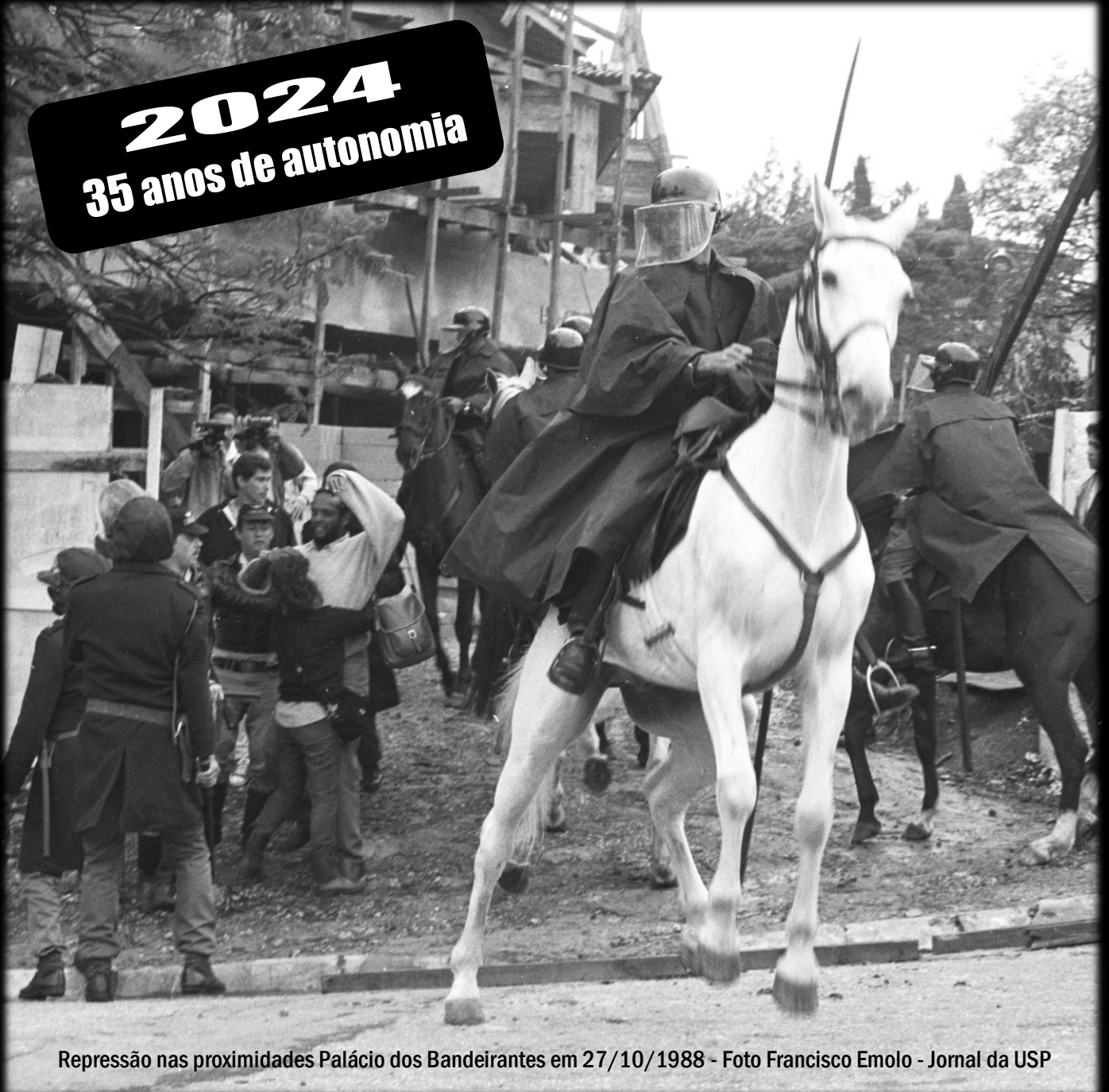




Sindicato dos Trabalhadores da USP

Breve resgate histórico da conquista da autonomia nas três universidades estaduais paulistas

2024
35 anos de autonomia



Repressão nas proximidades Palácio dos Bandeirantes em 27/10/1988 - Foto Francisco Emolo - Jornal da USP

A história da maior repressão aos trabalhadores da USP

No final da década de 1970 e nos anos 80, a retomada da luta pela autonomia universitária ganhou corpo, principalmente nas universidades públicas, que durante a ditadura militar tiveram o pouco de autonomia totalmente liquidada pelas inúmeras intervenções impostas pelos militares e pelos órgãos de repressão política.

Bombas, cavalos, sabres e cassetetes contra os(as) grevistas da USP!!!



Foto de capa da Folha de São Paulo do dia 28 de outubro de 1988

O Sindicato dos Trabalhadores da USP, que à época ainda era ASUSP, tinha como uma das principais bandeiras de luta a autonomia universitária, pois entendemos que é inconcebível a universidade dissociada da mais ampla autonomia: com total liberdade de pensamento, do desenvolvimento do conhecimento em todas as áreas, assim como da pesquisa científica.

Em 1988, no dia 27 de outubro, após 38 dias de greve na USP e na UNESP, e 45 dias na UNICAMP, os trabalhadores, funcionários e professores, com apoio das entidades estudantis, decidiram dirigir-se ao Palácio do governo para exigir negociações com o governador Orestes Quécia, que à época determinava os salários dos servidores, incluindo os das universidades estaduais.

Na véspera do ato, o secretário de segurança, Luiz Antônio Fleury Filho, ameaçou, pela TV e pelas rádios, os funcionários e professores de repressão caso estes fossem ao Palácio dos Bandeirantes.

Os funcionários da USP decidiram cumprir a deliberação de sua Assembleia e se dirigir diretamente ao Palácio, o que levou a uma divisão de trajetos. Cinco mil grevistas, segundo o Jornal **Folha de São Paulo** e **O Estado de São Paulo**, em dezenas de ônibus e vários carros que formavam a caravana. Os ônibus dos funcionários da USP, mais de 1/3 do total, saíram da USP diretamente rumo ao Palácio dos Bandeirantes, enquanto os demais foram ao estádio do Morumbi para de lá tentarem ir ao Palácio.

A grande caravana da ASUSP foi interrompida a 10 metros do Palácio e, ao desceram dos ônibus, os trabalhadores e trabalhadoras foram atacados(as) violentamente pela cavalaria e pela tropa de choque da PM com violência poucas vezes vista. Segundo a **Folha de São Paulo** (que publicou em 28/10/1988 chamada, foto de capa e matéria na página 8) essa havia sido a intervenção policial mais violenta contra manifestantes em São Paulo nos últimos 10 anos.



A tropa de choque atacava com bombas e cassetetes, a cavalaria com sabres: foram dezenas de feridos, sendo que nove foram hospitalizados por serem casos mais graves. Paulo César Campos, funcionário do IME (Instituto de Matemática e Estatística da USP) teve o supercílio perfurado por sabre. Celso Ricardo Miranda, estudante da ECA, foi pisoteado por cavalos e espancado com cassetetes na cabeça: desmaiou, entrou em convulsão e foi hospitalizado. O Diretor da ASUSP, Antônio Miranda, foi ferido na cabeça e preso ao tentar escapar do policial da cavalaria que o arrastava. Magno, outro diretor da ASUSP, foi atingido com um jato de gás paralisante no rosto: caindo imediatamente, foi carregado por companheiros até uma construção próxima. Seu Paulinho, funcionário da prefeitura do Campus, foi ferido na cabeça, levando vários pontos. Dino, outro diretor da ASUSP, tem as marcas do corte por sabre nas costas. Os policiais batiam nos manifestantes com cassetetes e pisoteavam com os cavalos até as mulheres caídas no asfalto.

Os professores da USP, juntamente com funcionários e professores da UNESP e UNICAMP, que estavam em frente ao Estádio do Morumbi, decidiram dirigir-se ao Palácio, onde os funcionários da USP estavam sendo massacrados pela cavalaria e pela tropa de choque, sendo barrados a 300 metros da verdadeira praça de guerra na qual a avenida do Palácio dos Bandeirantes foi transformada.

Os reitores José Goldemberg da USP, Paulo Renato Costa Souza da UNICAMP e Paulo Landim da UNESP protestaram em entrevistas à imprensa contra a violência absurda da polícia militar, assim como outros políticos como Eduardo Suplicy e até o Senador Fernando Henrique Cardoso.

Faltando 17 dias para as eleições municipais de 1988; em São Paulo o candidato Paulo Maluf tinha 25% de intenções de voto, João Leiva, 24% e Luiza Erundina, 12%. Durante duas semanas as propagandas eleitorais dos partidos que apoiavam Erundina mostravam repetidamente as cenas do "massacre" cometido pela cavalaria e pela tropa de choque contra os trabalhadores da USP, identificando o candidato Paulo Maluf e João Leiva com o governo e o secretário de segurança que ordenou a repressão. Erundina acabou virando o jogo nessas duas semanas e ganhou a eleição, ocorrendo o mesmo em várias cidades do interior de São Paulo. Após ser eleita, Erundina fez questão de vir a uma Assembleia dos funcionários da USP dizer que sabia que sua vitória, em grande parte, foi decorrência do repúdio à violência do governo Quéricia, que patrocinava a campanha de João Leiva.

Como lembrou Chico Miraglia, em [artigo¹ da ADUSP](#), a carreira política do governador Quéricia acabou naquele momento e seus candidatos foram derrotados em todas as cidades importantes do estado.

Algum tempo depois, em reunião com a comissão de negociação do funcionalismo, na qual participava um representante dos trabalhadores da universidade, membro da diretoria da ASUSP, o secretário de administração do Estado, Alberto Goldman, anunciou que o governador estava preparando um decreto (promulgado em dois de fevereiro de 1989) que estabelecia um percentual de 8,4% do ICM (atual ICMS) para as três universidades e que a partir disso as negociações salariais das entidades das universidades seriam com os reitores. Lembramos também que o percentual do ICMS é hoje 9,57% e isso também foi fruto da luta com greves e ocupações da Alesp por funcionários, estudantes e professores, ressaltando que nossa reivindicação desde aquela época era de 11,6% do ICM. Ironicamente o secretário Goldman declarou: ***“Vocês da USP não virão mais para a porta do Palácio, não é isso que as universidades sempre defenderam? Autonomia? Agora vocês a terão!”***

No mesmo [artigo²](#) acima citado, Chico Miraglia também lembra sobre o recado que o governador Quéricia fez chegar às entidades sindicais: não mais negociaria com elas! ***“Que negociem com os reitores”***, avisou sinalizando a assinatura do decreto da autonomia, nos primeiros dias de fevereiro de 1989.

¹ MIRAGLIA NETO, F. in [“Decreto da autonomia foi um ganho da greve de 1988”, sustenta o professor Francisco Miraglia 20/01/2020](#) (disponível em: <https://adusp.org.br/defesa-da-universidade/autonomia-universitaria/decreto-da-autonomia-foi-um-ganho-da-greva-de-1988-sustenta-o-professor-francisco-miraglia/>) Acesso em 17 de setembro de 2024.

² Id.

Tropa de Choque nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes impede que os manifestantes vindos do Estádio do Morumbi juntem-se aos grevistas da USP que estavam sob ataque da PM!

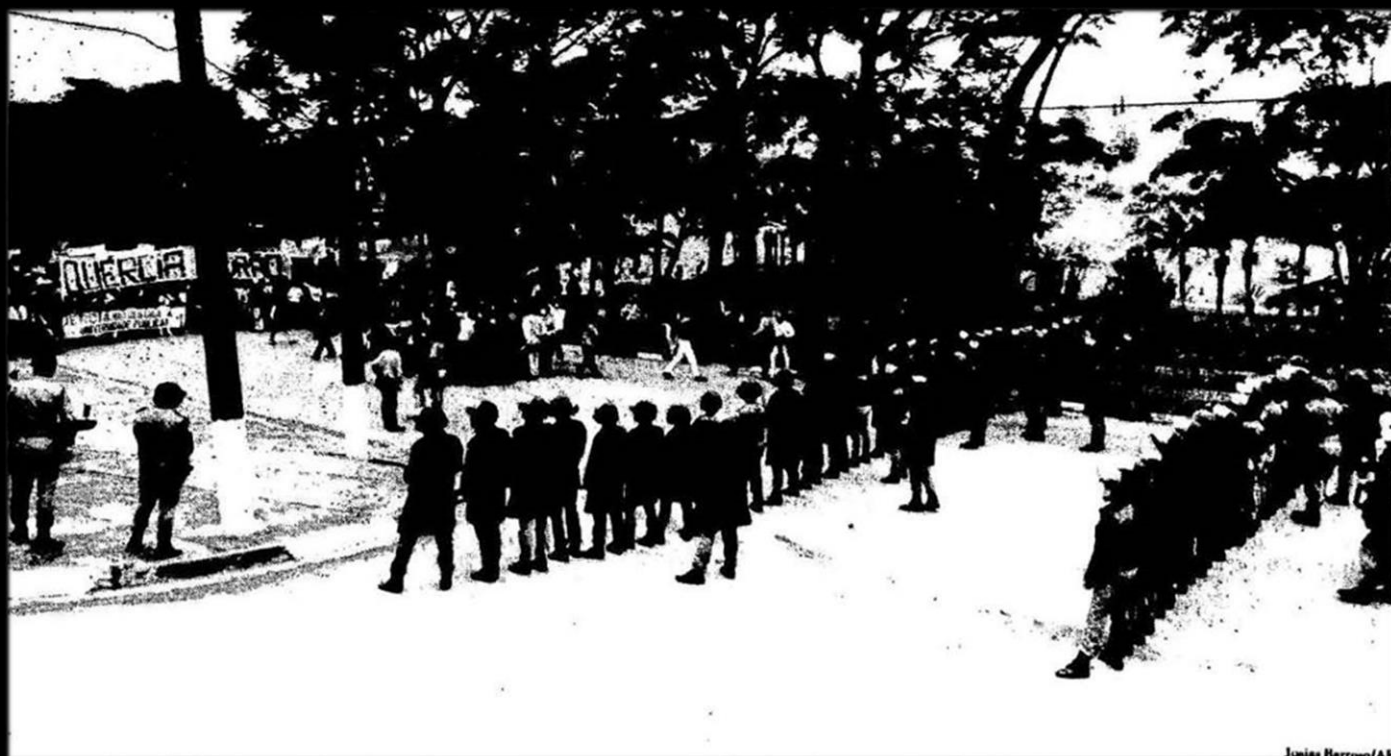


Foto: O Estado de São Paulo, 29 de outubro de 1988, página 10

Não foram os reitores da época que lutaram e conquistaram a autonomia, como mencionaram reitores atuais, membros do CRUESP, no evento do IEA em 28 de agosto de 2024, ao discorrerem sobre a autonomia universitária, quando esta completou 35 anos.

A luta para aumentar os 8,4% do ICMS para as três universidades estaduais, depois para 9% (e posteriormente para 9,57%) foi realizada por anos de batalha na Assembleia legislativa de São Paulo por funcionários, professores e estudantes da USP, Unesp e Unicamp sem nenhuma participação dos reitores e da burocracia universitária.

São Paulo, 19 de setembro de 2024

Sindicato dos Trabalhadores da USP